

Adriana Alves Costa

*FORMAÇÃO E ATITUDE DOS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
INFANTIL SOBRE VIOLÊNCIA
FAMILIAR CONTRA CRIANÇA*

Araçatuba-SP

2012

Adriana Alves Costa

*Formação e atitude dos professores de
educação infantil sobre violência
familiar contra criança*

Trabalho de Conclusão de Curso como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Odontologia da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Orientadora: Cléa Adas Saliba Garbin

Co-orientadora: Ana Paula Dossi de
Guimarães e Queiroz

Araçatuba-SP

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

Primeiramente a **Deus**, por ter me concedido está benção e estar ao meu lado todos os dias, fortalecendo e iluminando o meu caminho. Obrigada Senhor.

Aos meus pais, **Dario e Marli**, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando em tudo. Renunciaram, algumas vezes, os próprios desejos em prol dos meus. Obrigada por tudo. Amo vocês!!!

AGRADECIMENTOS

À **Professora Cléa Adas Saliba Garbin**, minha orientadora. Agradeço pela confiança e disposição de ajudar nos momentos que precisei. Obrigada pelos ensinamentos e conselhos muito importantes para minha vida, aprendi muito com você. Obrigada por acreditar na minha capacidade e não desistir de mim. Agradeço pela amizade que construímos no decorrer da graduação, sei que posso contar contigo. Exemplo de profissional e pessoa. Serei eternamente grata!!!

À **Professora Ana Paula Dossi de Guimarães e Queiroz**, minha co-orientadora. Agradeço pela paciência e disponibilidade nos momentos de dúvidas. Obrigada pela sua amizade.

Aos **Professores do Departamento de Odontologia Preventiva e Social**, por repassar toda sabedoria e conhecimento. Minha eterna gratidão.

Aos **Funcionários do Departamento de Odontologia Preventiva e Social**, pela paciência e alegria que contagiava nos momentos difíceis. Obrigada!

Aos meus amigos, obrigada a todos pelo carinho e amizade.

Aos meus colegas de graduação, pela convivência agradável durante esses anos. Sentirei saudades...

Ao meu irmão, cunhada e sobrinho, **Emerson, Carla e Vitor**, pelo apoio e carinho que sempre recebi. Amo vocês!!!

Ao meu namorado, **Rafael**, por estar comigo sempre que precisei nos momentos de angústia e de alegria. Agradeço a Deus por ter encontrado você. Te Amo!

Às **Professoras de educação infantil**, porque sem elas este trabalho seria inviável.

À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)**, pela bolsa concedida, para viabilização deste trabalho. Sou muito grata.

EPIGRÁFE

“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles”.

Augusto Cury

COSTA, A. A. Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. 2012. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2012.

RESUMO

A violência contra crianças é apontada como uma das principais causas de morbi-mortalidade na infância e deve ser identificada por todos os profissionais que lidam com esse público, inclusive os professores. Objetivou-se avaliar a formação e atitude dos professores de educação infantil, no que se refere à violência contra criança. Foram visitadas todas as instituições de ensino infantil de Araçatuba-SP, e os profissionais que consentiram (n=236), os quais responderam a um questionário sobre o tema. Os dados foram analisados quantitativamente. 91,1% se consideraram responsáveis pela notificação e 86,9% se dizem capazes de identificar agressões. 80,9% declararam ter recebido informações a respeito da violência contra criança, entretanto, 67,7% sentem-se inseguros quanto à identificação dos casos. Conclui-se que, mesmo possuindo formação para proceder ante a violência, a maioria dos pesquisados ainda não se sente preparada, o que pode gerar negligência.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica; infância; educação infantil; formação de professores.

COSTA, A. A. Training and knowledge of childhood education teachers on family violence against children. 2012. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2012.

ABSTRACT

Violence against children is pointed like one of the main causes of morbidity and mortality in childhood and should be identified by all professionals who deal with this public, including teachers. The aim was to evaluate training and attitude of infantile education teachers, whit regard to violence against children. All the child educational institutions in Araçatuba-City, SP, Brazil were visited. The professionals who consented (n=236), answered a questionnaire about that theme. The data was analyzed on the quantitative and qualitative. 91.1% of professionals considered themselves responsible for notification and 86.9% feel themselves able to identify attacks. 80.9% had received information about violence against children; however, 67.7% feel insecure about the identification of cases. It was concluded that the most of professionals still don't feel themselves prepared to face violence, even having an early training and this can generate negligence.

KEYWORDS: domestic violence; childhood; childhood education; teachers training.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Distribuição percentual dos professores, segundo o conhecimento de sinais sintomas de violência contra criança. Araçatuba-SP, 2008. **Página 14**
- Figura 2** Distribuição percentual dos professores, segundo a obtenção de informações durante a formação profissional. Araçatuba-SP, 2008. **Página 15**
- Figura 3** Distribuição percentual dos professores, segundo o preparo para identificar casos de crianças violentadas. Araçatuba-SP, 2008 **Página 16**
- Figura 4** Distribuição percentual dos professores, segundo o sentimento de responsabilidade quanto à notificação de violência contra criança. Araçatuba-SP, 2008. **Página 16**

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Distribuição numérica e percentual das categorias, segundo os motivos que levam os professores a sentirem-se responsáveis pela notificação da violência contra a criança. Araçatuba-SP, 2008. **Página 17**
- Tabela 2** Distribuição percentual e absoluta das categorias, segundo os motivos que dificultam identificação da violência contra a criança. Araçatuba-SP, 2008. **Página 18**

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Objetivo.....	12
3. Materiais e Métodos.....	13
4. Resultados.....	14
5. Discussão.....	19
6. Conclusão.....	21
7. Referências Bibliográficas.....	22
8. Anexos.....	25

1. INTRODUÇÃO

A violência intrafamiliar tem vitimado alguns grupos mais vulneráveis como as crianças, os idosos e as mulheres.¹ A criança maltratada é aquela vítima de violência física, crueldade mental, abuso sexual e negligência, com conseqüências graves para seu desenvolvimento físico e psicológico.

A agressão de uma criança em sua própria casa, local onde supostamente estaria protegida da violência, cria uma situação de profundo desamparo para a vítima. A obrigação de conviver com seu agressor e enfrentar o pacto do silêncio que costuma envolver as pessoas mais próximas nesse tipo de situação, são fatores que podem gerar efeitos catastróficos na formação da personalidade desses sujeitos que ainda não chegaram à fase adulta.²

Trata-se de um problema cujas conseqüências são devastadoras, resultando em mortes precoces e traumas permanentes. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2002, 53 mil crianças foram assassinadas no mundo inteiro. Além disso, no mesmo ano, cerca de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos foram forçados a manter relações sexuais ou submetidos a outras formas de violência sexual envolvendo contatos físicos. Esses são dados alarmantes que deveriam preocupar o mundo todo a respeito do problema, todavia a sociedade aceita o fenômeno com complacência.³

As iniciativas de cooperação entre setores tão diversos como os da saúde, educação, serviços sociais, a justiça e a política são indispensáveis para resolver o problema da violência.⁴ A criação de políticas para enfrentar esse problema no âmbito familiar tem sido uma preocupação do Estado brasileiro. Nesse sentido, pode-se destacar a criação de legislação específica, a exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata dos direitos infantis.⁵ No entanto, mesmo com normas para reduzir essas ocorrências, o Brasil apresenta ainda altos índices de violência infantil, o que deixa clara a importância da mobilização dos vários setores da sociedade.

Entende-se que esse é um problema a ser tratado por todos os profissionais que lidam com essas crianças, inclusive os professores. Cada profissional, em sua respectiva área de atuação, tem por obrigação estar atento à ocorrência de possíveis casos de maus-tratos e violência sexual entre as crianças com quem convive, assim como médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, dentistas e professores de educação infantil que, diariamente, relacionam-se com crianças.⁶⁻¹⁰

A violência diagnosticada e denunciada inicialmente pode salvar a vida e o futuro de muitas crianças que sofrem deste mal. A escola mostra-se em situação ideal para detecção e intervenção dos casos de abuso.⁶ A ênfase é dada aos professores de educação infantil, pois esses têm um contato direto e diário com essas crianças e podem auxiliar na prevenção das consequências da violência.

2. OBJETIVO GERAL

Verificar a formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar o conhecimento dos professores, referente aos casos de violência contra criança;
- Avaliar o preparo dos professores, no que se refere à notificação dos casos de violência contra criança;
- Avaliar o sentimento de responsabilidade quanto à notificação de casos de violência;
- Avaliar os motivos que dificultam a notificação de violência contra criança.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas visitas a cada unidade escolar para a entrega de ofício aos diretores com a finalidade de explicitar os objetivos do estudo, bem como obter a anuência deles para sua concretização. A realização da pesquisa foi autorizada mediante consentimento dos responsáveis pela Secretaria Municipal e Estadual, sendo fornecidos os dados referentes às escolas pertencentes à amostra. Nessa mesma oportunidade, solicitou-se aos responsáveis uma listagem com o número de professores pertencentes a cada instituição.

No total, foram visitadas 59 escolas de educação infantil, sendo 33 municipais e 26 pertencentes à rede privada de ensino, em Araçatuba, interior do estado de São Paulo. Os professores, depois de esclarecidos, foram convidados a participar do estudo.

O instrumento utilizado consistiu em um questionário semi-estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas relativas ao conhecimento dos sinais e sintomas da violência, à obtenção de informações a respeito do tema e à atitude dos profissionais ante os casos. O questionário foi elaborado especialmente para a pesquisa e testado previamente. Para tanto, foram convidados a participar cerca de 30 professores que realizaram curso superior (Projeto Pedagogia Cidadã), na Universidade Estadual Paulista – UNESP - Araçatuba-SP. Depois do teste, o instrumento passou pelas adequações pertinentes. Previamente, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Araçatuba-SP – FOA – UNESP, sendo aprovados sob o Processo n.2007-01343. **(Anexo A)**

Os dados foram digitados em uma planilha eletrônica criada no programa Epi Info, versão 3.5.1.¹¹ Para a análise estatística utilizou-se o programa Bio Estat, versão 5.0.¹²

Na análise qualitativa das questões abertas foi empregada a técnica *Análise de Conteúdo*, descrita por Bardin¹³ como “*um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter indicadores, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos ao discurso dos entrevistados.*”

A partir daí realizou-se, mais especificamente, a análise temática que consiste em *descobrir núcleos de sentido, cuja presença e frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido por meio da categorização das respostas e a análise em profundidade dos conteúdos manifestos pelos atores sociais envolvidos.*¹⁴

4. RESULTADOS

Do total de 326 professores de educação infantil do município, 236 (72,4%) participaram do estudo. Importante destacar que o acesso às escolas particulares foi mais intrincado; sendo que, em três delas, não foi permitida sequer a distribuição do instrumento.

No que se refere aos participantes, 70,8% lecionam em escola pública; 22,0% em escola privada; 4,7% em ambas e 2,5% não responderam à questão. Quanto à idade 21,2% possuem entre 20 e 29 anos; 41,5% entre 30 e 39; 21,2% entre 40 e 49; 6,4% têm 50 anos ou mais e 9,7% omitiram esse item. No que se refere ao tempo de experiência profissional, 70,8% atuam na área há mais de 5 anos, sendo que desses, 132 (80%) o fazem há mais de 10 anos.

Dentre os profissionais pesquisados, 87% afirmaram conhecer os sinais de violência nas crianças, enquanto que 6% alegaram não ter preparo para isso; 7% não responderam, conforme descrito na figura 1.

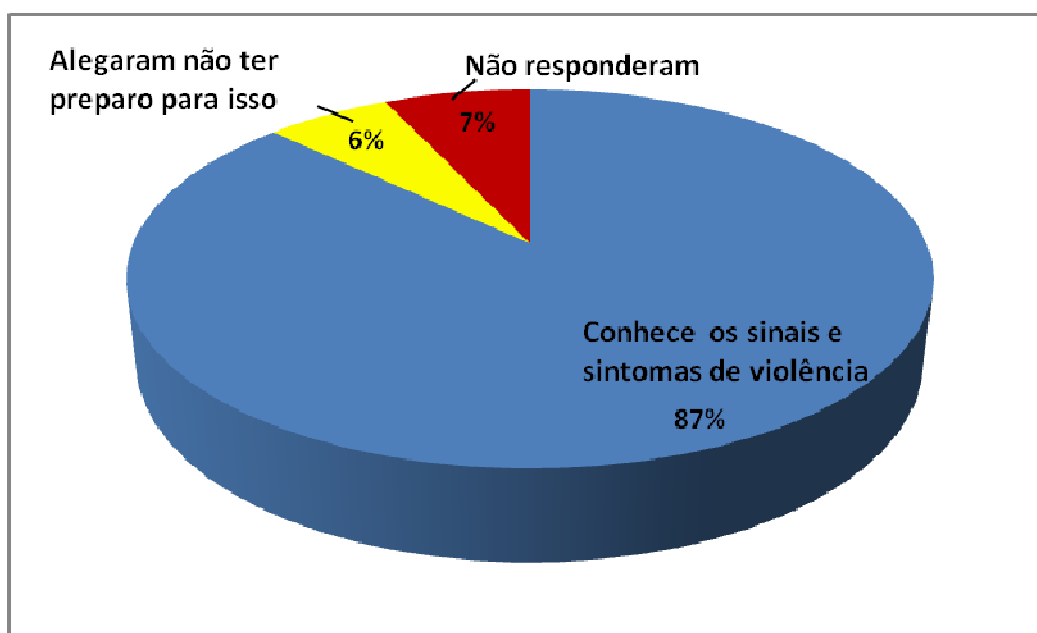


Figura 1. Distribuição percentual dos professores, segundo o conhecimento de sinais e sintomas de violência contra criança. Araçatuba-SP, 2008.

Quanto ao recebimento de informações sobre a violência familiar contra a criança, 81% dos professores afirmaram tê-las recebido e 19% negaram, de acordo com a figura 2.

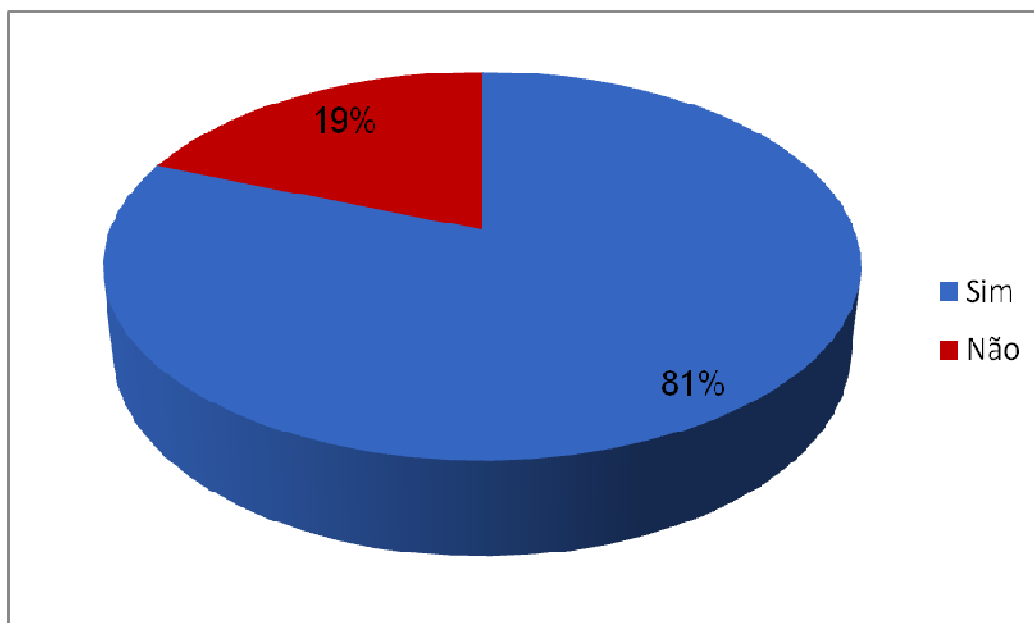


Figura 2. Distribuição percentual dos professores, segundo a obtenção de informações durante a formação profissional. Araçatuba-SP, 2008.

As informações foram obtidas: na graduação e/ou mestrado (36,1%); durante a pós-graduação (6,3%); tanto na graduação quanto na pós (5,8%); em palestras e cursos extras (43,5%); no trabalho (7,8%) e 0,5% não respondeu. Foram apontados professores, conselheiros tutelares e policiais como os principais responsáveis pelas informações.

Quando questionados se sentem preparados para identificar casos envolvendo crianças violentadas, 27% afirmaram que sim, 5% disseram não, e 68% somente algumas vezes, de acordo com a figura 3.

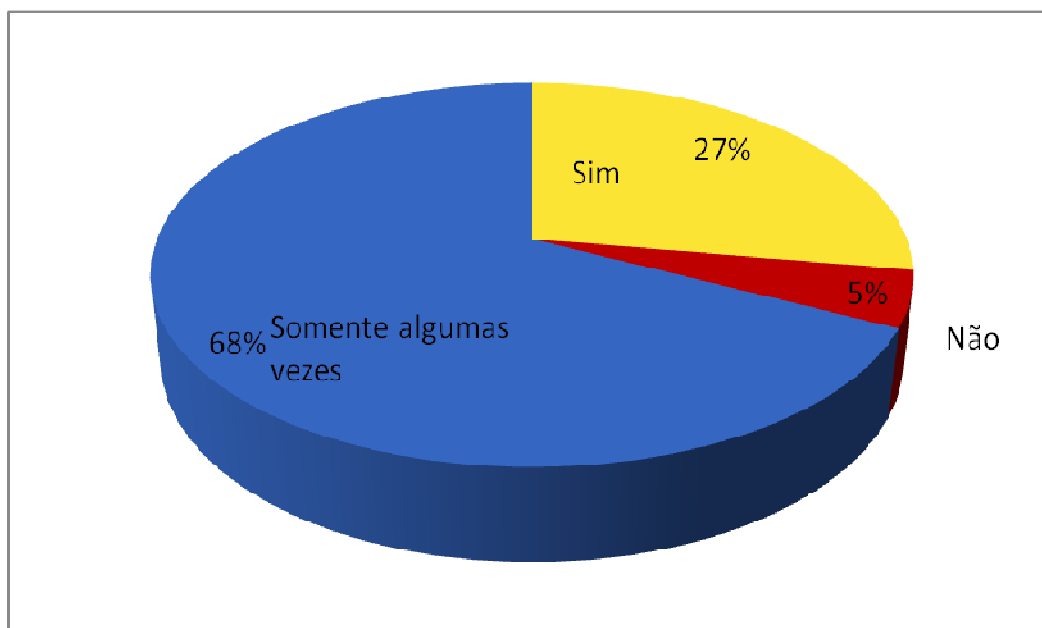


Figura 3. Distribuição percentual dos professores, segundo o preparo para identificar casos de crianças violentadas. Araçatuba-SP, 2008

Sobre a notificação dos casos, 91% sentem-se responsáveis por esse ato, 7% acreditam não ter qualquer obrigação e 2% não responderam à questão, conforme descrito na figura 4.

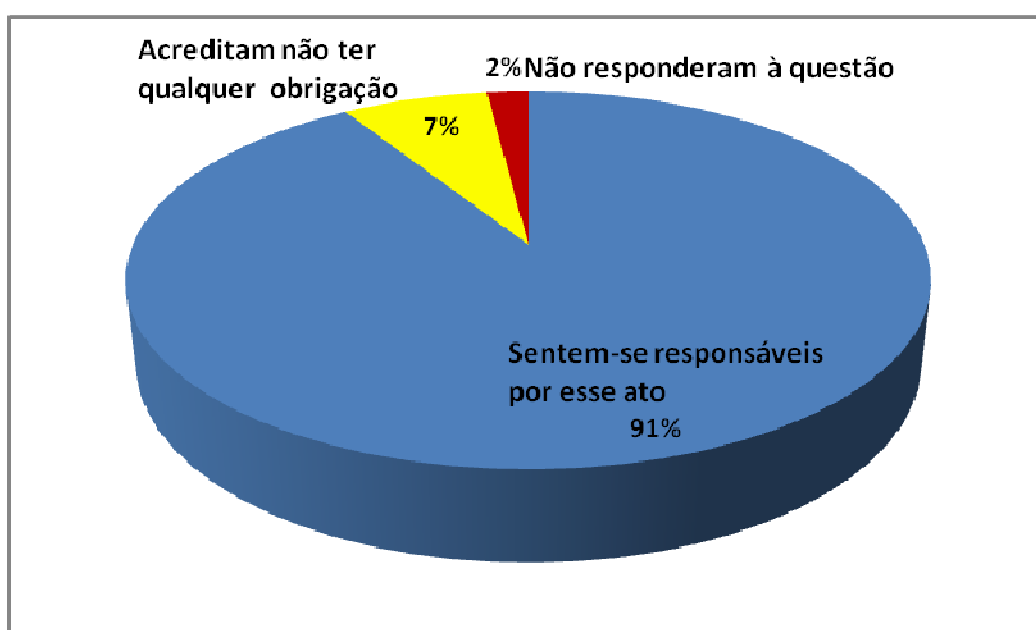


Figura 4. Distribuição percentual dos professores, segundo o sentimento de responsabilidade quanto à notificação de violência contra criança. Araçatuba-SP, 2008.

Dentre os que se sentem responsáveis, 31,5% consideram essa obrigação como algo inerente à profissão de educador; 19,1% acreditam ser um dever de todo cidadão o combate à violência; 19,1% por apresentar compaixão devido ao convívio com as crianças (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição numérica e percentual das categorias, segundo os motivos que levam os professores a sentir-se responsáveis pela notificação da violência contra a criança. Araçatuba-SP, 2008.

Categoria	n	%
Obrigação inerente à profissão <i>“Faz parte da minha função como educadora”</i>	68	31,5
Combate à violência <i>“Devemos combater este tipo de violência, denunciando”</i>	41	19,1
Convivência com a criança <i>“Porque estou diariamente com ela”</i>	41	19,1
Dever legal <i>“Porque é um dever que consta no Estatuto da criança e adolescente”</i>	23	10,7
Não convivência <i>“Porque se eu não comunicar estarei sendo tão culpada, quanto quem violentou”</i>	21	9,8
Não justificaram	21	9,8
Total	215	100

Foi verificada associação significativa ($p=0,0364$) quando cruzados os dados relativos à obtenção de informações e ao sentimento de responsabilidade. Aplicou-se o teste exato de Fisher, no nível de significância de 5%.

A respeito dos motivos que fazem com que os profissionais se sintam inseguros ante a identificação da violência, foram distinguidas as seguintes categorias: a negativa da criança (43,1%); a ausência de marcas físicas (38,2%); a falta de conhecimento sobre o assunto (10,0%), conforme descrito na tabela 2.

Tabela 2. Distribuição percentual e absoluta das categorias, segundo os motivos que dificultam a identificação da violência contra a criança. Araçatuba-SP, 2008.

Categorias	n	%
Quando a criança não demonstra <i>“Algumas vezes a criança, por medo, esconde bem”</i>	69	43,1
Quando a agressão não deixa marcas físicas <i>“Porque nem toda agressão deixa marca visível”</i>	61	38,2
Falta de conhecimento sobre o assunto <i>“Não tive nenhuma formação nesse assunto”</i>	16	10,0
Quando os responsáveis negam <i>“Porque nem sempre os responsáveis pela criança confirmam nossas suspeitas”</i>	5	3,1
Não responderam	9	5,6
Total	160	100

5. DISCUSSÃO

As crianças e os adolescentes são as principais vítimas de todos os tipos de violência intrafamiliar.¹⁵ A idéia de que o lar é o local de maior segurança e que confere proteção à criança, nem sempre é correta.¹⁶

Estudo recente realizado no município de Araçatuba evidenciou que as crianças (0-11anos) e adolescentes (12-19 anos) representam grande parte das vítimas (34,3% e 33,8%, respectivamente) de agressões denunciadas entre pais/responsáveis e seus filhos.¹ Dados mais abrangentes, representativos do estado de São Paulo, demonstram que a negligência e o abuso/violência sexual foram predominantes, sendo responsáveis por 34,0% e 33,6% dos 776 casos de violência contra criança e o adolescente notificados ao sistema de saúde, respectivamente.¹⁷

Os dados descritos acima são provenientes de denúncias ou notificações. Entretanto, de acordo com a literatura, a maior parte dos casos de maus-tratos contra a criança ocorre no ambiente familiar, permanecendo, muitas vezes, silenciosos e inacessíveis. Essa relativa “invisibilidade” do problema ratifica a importância dos professores na identificação dessas situações, já que os mesmos estão em contato com as crianças cotidianamente.

Além de uma adequada formação, a experiência profissional pode auxiliar na detecção dos casos.^{18,19} De maneira geral, os professores comprovaram a afirmação de que conhecem os sinais da violência infantil ao descreverem corretamente essas características, conhecimento que pode estar relacionado à grande experiência com a docência apresentada pela maior parte dos pesquisados.

Todavia, mais que o conhecimento, atitudes expectantes e uma capacidade acentuada de observação podem ser suficientes para diagnosticar sinais e sintomas de maus-tratos. Deve-se suspeitar principalmente de lesões mal explicadas, que não condizem com as declarações dos familiares ou cuidadores.^{18,20}

A violência quando identificada pelo sistema educacional traz importantes elementos para as autoridades competentes atuarem no combate ao problema.^{18,21} Entretanto, esse tema é pouco tratado nos currículos de cursos superiores.⁶ Tal fato pôde ser verificado neste estudo em que a maior parte dos pesquisados afirmou ter recebido informações sobre os sinais de violência em cursos extracurriculares. Essa constatação, aliada aos altos índices de violência contra crianças, enfatiza a necessidade de se abordar esse assunto de uma forma mais criteriosa ainda na graduação.

Verificou-se também certa insegurança dos professores quanto à identificação dos casos de violência o que, de certa forma, contrasta com a informação de que foram instruídos a respeito e sabem reconhecê-los. Isso pode estar associado à falta de clareza quanto aos conceitos e a uma ignorância quase completa da legislação sobre o assunto.^{18,20}

O sentimento de responsabilidade quanto à notificação está, para a maior parte dos professores, relacionado ao dever profissional. Infelizmente, mesmo sendo a notificação reconhecida pela maioria como uma obrigação, ainda existe entre alguns, a idéia de irresponsabilidade, o que demonstra, além do desconhecimento de suas atribuições, o descompromisso com a integridade e o bem-estar da criança.^{18,22} O sentimento de responsabilidade esteve significativamente associado ao recebimento de informações a respeito da violência, achado que reforça a idéia de que a inclusão desta temática na formação do educador é de fundamental importância para seu enfrentamento.

Como resultado, existem profissionais totalmente despreparados para enfrentar os casos reais que se apresentam, temerosos de se posicionar diante destes e receosos de que o encaminhamento de uma suspeita resulte em um tipo de inconveniente legal para eles.²³ É preciso conhecer os direitos da criança não somente para aumentar a percepção sobre o abuso, mas, principalmente, para que se tenha a atitude de denunciá-lo.⁶

Dentre os motivos para tal insegurança, foram apontados principalmente: a negativa da criança quando questionada; a ausência de marcas físicas e a falta de conhecimento sobre esse tema.

A agressão física é, sem dúvida, de mais fácil reconhecimento, todavia não é só essa forma de violência que pode desenvolver-se no interior das famílias.^{18,22,24} A violência psicológica tem-se mostrado muito freqüente e exige atenção redobrada do profissional, já que sua manifestação, às vezes sutil, pode passar despercebida. Para tanto é necessário que além da atenção e da real disponibilidade para enfrentar a situação, os profissionais sejam capacitados de forma a identificá-la com segurança.^{21,25}

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que a maioria dos profissionais pesquisados possui o conhecimento sobre sinais e sintomas de violência contra criança e receberam informações sobre o assunto, porém grande parte ainda não se sente preparada para perceber esses casos. A maioria considera-se responsável pela notificação dos casos de violência e para um percentual razoável dos professores, o que dificulta a identificação dos casos de violência, é a falta de conhecimento sobre o tema, o que pode gerar negligência.

7. REFERÊNCIAS

1. DOSSI, A. P., et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.8, p.1939-1952, ago. 2008.
2. FUNDAÇÃO ABRINQ. *O fim da omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica*. São Paulo: **Fundação Abrinq**, 2004. 72p.
3. MOURA, M. Violência sem limites. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n.130, p.12-19, 2006.
4. KRUG, E. G. et al. (Eds.) *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: **Organización Panamericana de la Salud**, 2003.
5. BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul 1990. Seção I.
6. BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação de educadores acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.7, n. 2, p.1-10, 2003.
7. CARVALHO, P. R. A.; TORREÃO, L. A. Aspectos éticos e legais na emergência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.75, supl.2, p. 307-314, 1999.
8. MORAES CALDAS, I.; AFONSO, A.; MAGALHÃES, T. Os maus-tratos físicos em crianças e jovens: uma perspectiva médico dentária. **J Bras Clin Odontol Int**, Curitiba, v.6, n.34, p.340-344, 2002.
9. MOUDEN, L. D.; BROSS, D. C. Legal issues affecting dentistry's role in preventing child abuse and neglect. **J Am Dent Assoc.**, Chicago, n.8, v.126, p.1173-1180, aug. 1995.

10. NOGUCHI, M. S.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N. C. Entre quatro paredes: atendimento fonoaudiólogo a crianças e adolescentes vítimas de violência. **Ciên. & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.4, p. 963-973, out./dez. 2004.
11. DEAN, A. G. et al. **Epi Info, Version 6: a word processing, database and statistic program for epidemiology on microcomputers**, Atlanta: Centers for Disease Control, 1990.
12. AYRES, M., et. al. **BioEstat. Versão 5.0**. Aplicações Estatísticas na área das ciências biomédicas. Sociedade Civil Mamirauá, MCT – CNPq, Belém, Pará, Brasil, 2007.
13. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.
14. MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
15. CAVALCANTI, M. L. T.; MINAYO, M. C. S. Abordagem de violência intrafamiliar no Programa Médico de Família: dificuldades e potencialidades. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO-MARTÍNEZ, F. J. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa de Serviços de Saúde**. Petropolis: Vozes, 2004. p.480-517.
16. RICAS, J.; DONOSO, M. T. V.; GRESTA, M. L. M. A violência na infância como uma questão cultural. **Texto & Contexto - Enferm**, Florianópolis, v.15, n.1, p.151-154, jan./mar. 2006.
17. GAWRYSZEWSKI, V. P. *et al.* A violência contra crianças e adolescentes. **Boletim Epidemiológico Paulista**, v.4, n.37, jan. 2007. Disponível em <http://www.saude.sp.gov/agencia/bepa.htm>. Acesso em: 27/06/2009.

18. DOSSI, A. P. **Violência contra a criança: formação, conhecimento, percepção e atitude de profissionais da saúde e da educação**. 2009. 87 p. (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2009.
19. GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 315-319, jan-fev, 2002.
20. VAGOSTELLO, L. et al. Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. *Paidéia*, v. 13, n. 26, p. 191-196, 2003.
21. FALEIROS, J. M.; MATIAS, A. S. A.; BAZON, M. R. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n. 2, p. 337-348, fev, 2009.
22. VAGOSTELLO, L. et al. Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. **PSIC Rev Psicol Vetor Ed**, v. 7, n. 1, p. 87-94, jan./jun. 2006.
23. LERNER, T. Tratamento em situações de abuso sexual de crianças e adolescentes. **Jornal da Rede Saúde**, São Paulo, n. 22, p. 29-32, nov. 2000.
24. SANTOS, L. E. S.; FERRIANI, M. G. C. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. **Rev Bras Enferm**, v. 60, n. 5, p. 524-529, out. 2007.
25. SALIBA, O. et al. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n.3, p.472-477, jun. 2007.

8. ANEXO A Certificado da Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Araçatuba



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA –CEP–

OF. 124/2007
CEP
SFCD/bri

Araçatuba, 01 de outubro de 2007.

Referência Processo FOA 2007-01343

O Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa desta Unidade, tendo em vista o parecer favorável da relatora que analisou o projeto **"ANÁLISE DA OCORRÊNCIA, PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE VIOLÊNCIA FAMILIAR EM DIFERENTES GRUPOS POPULACIONAIS"** expede o seguinte parecer:

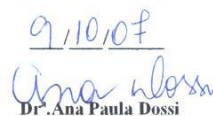
Aprovado:

Informamos a Vossa Senhoria que de acordo com as normas contidas na resolução CNS 215, **deverá ser enviado relatório parcial em 27/09/2008 e o relatório final em 27/09/2009.**


Prof. Dr. Stefan Fiúza de Carvalho Dekon
Coordenador do CEP

Ilma. Senhora
Drª. ANA PAULA DOSSI
Araçatuba-SP-

Ciente.De acordo.


Drª. Ana Paula Dossi